



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

UNIPACE

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: O USO DE ÁLCOOL E
OUTRAS DROGAS E O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE**

MARCOS MARCEL RODRIGUES SOBREIRA

FORTALEZA – CE

2023

MARCOS MARCEL RODRIGUES SOBREIRA

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: O USO DE ÁLCOOL E
OUTRAS DROGAS E O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE**

Artigo apresentado na Universidade do Parlamento Cearense como
requisito básico para a conclusão do MBA em Gestão e Governança
Pública

Orientador(a) : Silvana Moreira

FORTALEZA – CE

2023

RESUMO

A população em situação de rua é um tema cada vez mais presente na nossa realidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar, por meio de produções científicas, a relação desse público com o uso de álcool e outras drogas e o acesso aos serviços de saúde. A revisão integrativa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico através do sítio eletrônico Biblioteca Virtual em Saúde- BVS, entre os meses de junho e julho de 2022, utilizando os descritores “população OR pessoas em situação de rua AND uso de drogas” AND “acesso a serviços de saúde”. Foram encontrados, inicialmente, 39 artigos. Após utilizar os critérios de inclusão (artigos que respondiam à questão da pesquisa, com texto completo e idioma em português) e os de exclusão (estudos sem texto disponível na íntegra, textos repetidos e aqueles que não foram considerados pertinentes a essa pesquisa), restaram 11 publicações das quais 9 foram selecionadas. Os artigos foram categorizados em uma tabela, após discussão, concluiu-se que o acesso aos serviços de saúde é bastante limitado por conta da discriminação, do preconceito, da criminalização desse público tanto pelos profissionais de saúde como pela população em geral em decorrência das condições de higiene, do uso de álcool e outras drogas, da ausência de documentos, entre outros fatores. O uso frequente de álcool e outras drogas agrava ainda mais essa situação, deixando esse público ainda mais vulnerável. Com isso, resta evidente que, ainda há de se avançar muito na capacitação de profissionais de saúde bem como na oferta de serviços direcionados a essa população.

Palavras chave: População em situação de rua; álcool e outras drogas; serviços de saúde

INTRODUÇÃO

A população em situação de rua - PSR é um tema bastante presente nos dias atuais, no entanto, sabemos que esse é um problema antigo e que exige, do poder público, um trabalho integrado de articulação entre os mais diversos órgãos da gestão, sociedade civil e instituições do terceiro setor já que as suas causas são as mais diversas.

A Política Nacional para População em Situação de Rua foi instituída através do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. “Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, que utiliza os logradouros públicos e as áreas

degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”. (Brasil, 2009)

Esse mesmo decreto afirma que “Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua: I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; II - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços”. (Brasil, 2009)

Considerando a necessidade de integração intersetorial entre as Políticas de Saúde e as demais políticas públicas, visando a melhorar a capacidade de resposta às demandas e necessidades de saúde inerentes à população em situação de rua, foi criado, através da Portaria nº 122 de 25 de janeiro de 2011, o Consultório na Rua, equipamento da atenção básica de saúde (Brasil, 2011).

O objetivo principal do Consultório na Rua é atender a esse público com uma equipe multidisciplinar, promover consultas e tratar do paciente que não dispõe de endereço físico, diminuindo o avanço e/ou o acometimento de doenças. No entanto, o crescente aumento dessa população fez com que as escassas equipes cadastradas se tornassem rapidamente insuficientes para atender a tamanha demanda, dificultando o acesso dessa população ao serviço ofertado.

Outros dispositivos da rede são os serviços da atenção primária (Unidades Básicas de Saúde, Estratégia de Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família e Consultórios na Rua), da atenção terciária (Prontos-Socorros e Hospitais Gerais), Unidades de Acolhimento e Serviços Residenciais Terapêuticos (Residências Transitórias e Comunidades Terapêuticas).

Entre 2012 e 2020, o número de pessoas em situação de rua no Brasil cresceu 140%, chegando a quase 222 mil pessoas, sendo que 81,5% da população em situação de rua está em municípios com mais de 100 mil habitantes, principalmente nas regiões Sudeste (56,2%), Nordeste (17,2%) e Sul (15,1%). (IPEA, 2020)

De acordo com o II Censo Municipal da População em Situação de Rua realizado no ano de 2021, entre os anos de 2014 e 2021, a cidade de Fortaleza-Ce teve um aumento de 53,1% do número de pessoas que vivem em situação de rua. Desse total, 34,7% das pessoas disseram que chegaram às ruas da Capital há menos de um ano, 2.653 pessoas estão em situação de rua em Fortaleza, 81,5% da população em situação

de rua na cidade são do sexo masculino e 18,5% são do sexo feminino, 49,1% tem idade entre 31 a 49 anos. (Fortaleza, Pref. Municipal, 2022).

O uso frequente de álcool e outras drogas faz parte da realidade da maioria desse público pelos mais diversos fatores, seja para minimizar a fome, o frio, como forma de socialização, entre outros. Muitas vezes, o estigma sofrido por essa população vem por conta desse uso de substâncias e eles são denominados de “vagabundos”, “drogados”, “bandidos”. No entanto, essa questão merece destaque antes mesmo da situação de rua, já que a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua identificou que (35,5%) relata que problemas com álcool ou drogas é uma das razões para ida à situação de rua, desemprego (29,8%), desavenças com parentes (29,1%) e outros motivos (5,6%) (Brasil, 2009).

O crescente aumento dessa população e a exclusão social sofrida por esse público tão marginalizado, criminalizado e estigmatizado gera a dificuldade de acesso aos serviços públicos ofertados. É latente a necessidade de projetos que possam proporcionar essa articulação com a rede de serviços de saúde e com a rede socioassistencial.

O presente trabalho busca realizar uma análise sobre o uso de drogas em pessoas em situação de rua e o acesso aos serviços de saúde a partir de uma revisão integrativa da literatura.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa, a qual permite ao pesquisador acessar informações referentes a uma determinada temática de modo direcionado e sistemático. Para este estudo, foram seguidas seis etapas: 1) Identificação do tema; 2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão e busca na literatura; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos selecionados; 5) interpretação dos resultados; 6) apresentação da síntese do conhecimento. (Mendes, 2008)

Foi identificado o tema e selecionada a questão da pesquisa “O uso de álcool e outras drogas pela população em situação de rua e o acesso aos serviços de saúde.” Visa reunir o maior número de artigos que abordem as subtemáticas enfocadas neste estudo.

A pesquisa foi efetuada unicamente pelo pesquisador, no período de junho a julho de 2022, por meio do Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) utilizando-se

os descritores de forma integrada “população OR pessoas em situação de rua AND uso de drogas” AND “acesso a serviços de saúde”.

Foram encontradas, inicialmente, 39 publicações. Os critérios de inclusão utilizados foram artigos publicados em texto completo que respondiam à questão da pesquisa, com idioma em português e os de exclusão, estudos sem texto disponível na íntegra, textos repetidos e aqueles que não foram considerados pertinentes a essa pesquisa.

Das 39 publicações, 34 possuíam texto completo e apenas 16 com idioma em português. Ao realizar uma análise criteriosa acerca do tema estudado, foram excluídos os textos repetidos e aqueles que não respondiam a questão da pesquisa, restando 9 artigos.

A coleta de informações se realizou a partir de um instrumento adaptado ao tema do estudo, o qual foi preenchido para cada artigo da amostra final da revisão, contendo os seguintes itens: Código do estudo (criado pelo pesquisador), base de dados, título, nome dos autores, objetivo da pesquisa, origem e ano de publicação.

Na terceira etapa, as informações extraídas dos estudos foram organizadas em categorias, conforme a leitura minuciosa e análise dos artigos.

Na quarta etapa, foi realizada uma análise dos estudos incluídos na revisão, sendo os resultados interpretados na quinta etapa, finalizando com a realização de uma síntese do conhecimento (sexta etapa).

Os artigos foram numerados e os dados organizados a partir da definição das informações extraídas das publicações selecionadas. A avaliação crítica dos artigos consistiu na leitura do estudo na íntegra e, em seguida, na elaboração de textos. De forma auxiliar, foi feito uso da técnica de análise temática de conteúdo por meio da leitura e releitura dos resultados dos estudos, procurando identificar aspectos relevantes que possam se repetir ou se destacar.

Vale ressaltar que para realização deste estudo foram preservados e respeitados os aspectos éticos, com garantia da autoria e referência dos artigos analisados aos seus respectivos autores. Conforme a Resolução nº 510/2016 pesquisas realizadas exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica não necessitam de registro e avaliação pelo CEP/CONEP. (Brasil, Ministério da Saúde, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram distribuídos e analisados. A tabela 1 trata da descrição dos estudos, logo após iremos discorrer acerca da população em situação de rua e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e, por fim, iremos tratar da população em situação de rua e o uso de álcool e outras drogas.

Na tabela 1 será apresentada a descrição dos 09 estudos selecionados contendo o código do estudo, a base de dados da publicação, o título, o(s) autor(es), o objetivo do estudo, a origem e ano de publicação.

Tabela I - Descrição dos estudos

Código do Estudo	Base de dados	Título	Autores	Objetivo	Origem	Ano de publicação
E01	MEDLINE	Características de usuários de crack quanto à situação de moradia no Nordeste brasileiro, 2011-2013	Santos, Raquel Rodrigues Dos; Hacker, Mariana de Andrea Villas Boas; Mota, Jurema Corrêa da; Bastos, Francisco Inácio	Comparar características sociodemográficas, padrões de consumo de substâncias, comportamento sexual, utilização de serviços de saúde e envolvimento criminal de usuários, domiciliados e em situação de rua com os usuários de crack no Nordeste brasileiro.	Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Bahia	2022
E02	BDENF - Enfermagem / LILACS	Determinantes para tuberculose e HIV: pessoas em situação de rua	Rodrigues, Brenda Feitosa Lopes; Brasil, Maria Hellena Ferreira; Ferreira, Milenna Azevedo Minhaqui; Patrício, Anna Cláudia Freire de Araújo; Nascimento, João Agnaldo do	Analisar determinantes para tuberculose e HIV de pessoas em situação de rua	João Pessoa - PB	2021
E03	LILACS	Acesso ao tratamento para dependentes de crack em situação de rua	Rossi, Cintia Cristina Silva; Tucci, Adriana Marcassa	Compreender o acesso/uso dos serviços de saúde para tratamento da dependência de drogas	São Paulo - SP	2020

E04	Index Psicologia - Periódicos / LILACS	Sobreviver nas ruas: percursos de resistência à negação do direito à saúde	Vale, Aléxa Rodrigues do; Vecchia, Marcelo Dalla.	Investigar os percursos de cuidado à saúde da PSR em um município de pequeno porte	São João Del Rei - MG	2020
E05	LILACS	Dando uma moral: moralidades, prazeres e poderes no caminho da adesão ao tratamento e da cura da tuberculose na população em situação de rua do município de São Paulo	Lindner, Liandroda Cruz	Investigar os aspectos relacionados ao processo de gestão dos tratamentos e busca da cura na população em situação de rua.	São Paulo - SP Campos do Jordão - SP	2016
E06	Index Psicologia - Periódicos LILACS	Consultório na rua: atenção a pessoas em uso de substâncias psicoativas	Lima, Helizett Santos de; Seidi, Eliane Maria Fleury	Investigar os modos de atuação e as características do trabalho de intervenção com adultos jovens em situação de rua e usuários de substâncias psicoativas, segundo percepções de profissionais do Consultório na Rua (CR) do município de Goiânia (GO) e de pessoas atendidas pelo mesmo.	Goiânia - GO	2015
E07	Sec. Est. Saúde SP / SESSP- ESPECIALIZACAOSES PROD / SESSP- IIERPROD	Pessoas em situação de rua com Tuberculose: as implicações sociais diante do tratamento	Tucci, Amanda Magalhães	Traçar o perfil de paciente em situação de rua internado com tuberculose e conhecer as causas de abandono do tratamento da tuberculose nas pessoas em situação de rua.	São Paulo - SP	2015
E08	LILACS	A norma de abstinência e o dispositivo "drogas": direitos universais em territórios marginais de	Souza, Tadeu dePaula.	Problematizar o desafio de cumprimento do direito universal ao acesso em saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil	Campinas - SP	2013

		produção de saúde (perspectivas da redução de danos)				
E09	LILACS	Acesso e intersetorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave	Borysow, Igor da Costa; Furtado, Juarez Pereira.	Abordar o acesso de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave aos serviços públicos de saúde mental.	Brasil	2013

Dos 09 estudos selecionados, 07 (E01, E02, E03, E05, E07, E08 e E09), cerca de 78%, estão vinculados a área de saúde, apenas 02 (E04, E06) foram publicados em revistas de psicologia. Quando se trata da origem da publicação temos 02 estudos da região nordeste (22,2%), 05 estudos da região sudeste (55%), 01 da região centro oeste (11%) e 01 que retrata a situação do Brasil como um todo (11%) o que demonstra que o tema possui um maior interesse de pesquisa na região sudeste do Brasil.

Com relação ao ano de publicação percebe-se que 02 estudos (22,22%) foram publicados no ano de 2013 (E08 e E09), 02 estudos (22,22%) no ano de 2015 (E06 e E07), 01 estudo (11,11%) foi publicado em 2016 (E05). 02 estudos (22,22%) no ano de 2020 (E03 e E04), 01 estudo (11,11%) no ano de 2021 (E01) e 01 estudo (11,11%) no ano de 2022 (E01).

Apesar de um tema tão relevante, são poucos os estudos publicados acerca da temática.

Levando em consideração a base de dados dos 9 estudos selecionados, 07 (77,77%) tem como base de dados a LILACS, 01 (11,11%) a MEDLINE, 01 (11,11%) a Sec. Est. Saúde SP.

A população em situação de rua e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde

A invisibilidade desse público, o preconceito e estigma ofertados, geram uma imensa dificuldade em garantir os serviços básicos de saúde a essa população, o que corrobora com o entendimento de (Rossi & Tucci, 2020). No estudo E03, em uma pesquisa qualitativa realizada através de 26 entrevistas individuais e um grupo focal com cinco usuários de crack em situação de rua no município da Baixada Santista/SP, ao afirmar que com relação aos tratamentos praticados na rede pública de saúde, houve críticas, pouca informação e acesso limitado. Os usuários referiram sentimentos de

estigma, discriminação e preconceitos, vivenciados inclusive na relação com os profissionais de saúde, sendo esses importantes fatores que dificultam o acesso desta população à rede de cuidados além de excesso de medicamentos e receio de seus efeitos colaterais, principalmente quando combinadas com o uso de drogas.

Ao comparar características sociodemográficas, padrões de consumo de substâncias, comportamento sexual, utilização de serviços de saúde e envolvimento criminal de usuários, domiciliados e em situação de rua da região nordeste entre os anos de 2011-2013, (Santos et al, 2022), o estudo E01 demonstra que a condição de “desabrigo” se mostrou associada à dificuldade de acesso a serviços de tratamento, pois os usuários moradores de rua relataram com menor frequência acessar os serviços e de obter auxílio dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS-ad e clínicas especializadas. Nos últimos trinta dias somente 6,9% afirmaram ter buscado serviços de saúde.

O mesmo entendimento está presente no estudo E05 realizado em uma pesquisa com equipes de consultório de rua (ECR) em São Paulo, e um grupo de pacientes internados no hospital especializado, Hospital Leonor de Barros, em Campos do Jordão (Lindner, 2016) a pesquisadora destaca que o somatório das doenças o abandono social, das dificuldades de acesso ainda se acrescentam o uso de álcool e outras drogas, o que resulta ser esta população um alvo de todo tipo de preconceito, que colabora sobremaneira com o estigma que carregam.

Lima § Seidi, 2015, em estudo realizado com as equipes e pacientes do Consultório na Rua no município de Goiânia, estudo E06, o relato de um dos pacientes ressaltou que as unidades de saúde não estão prontas para receber o morador que está na rua, não tem endereço, não tem documento, não tem sequer a higiene básica pra chegar nesse serviço, com a sua assepsia. E ele não é bem recebido, porque acaba sendo um ente desagregador da norma, ele acaba sendo visivelmente o desviante da situação e incomoda a todos.

Conforme avalia (Rodrigues et al , 2021) no estudo E02 realizado com pessoas em situação de rua que possuíam tuberculose e HIV em um Hospital de Referência para pessoas com doenças infectocontagiosas no município de João Pessoa/PB, 100% dos entrevistados não frequentavam serviços de saúde.

Diante de tantas negações é possível nos questionarmos acerca do direito universal à saúde que deveria ser garantido a todos nós de acordo com a nossa Constituição Federal/88. O estudo E08 (Souza, 2013) resalta que os desafios impostos

para que usuários de álcool e outras drogas, em especial os que vivem na rua, acessem os serviços de saúde lançam luz sobre os impasses ao exercício do direito universal à saúde. A rede tem uma indisposição em acolher pessoas em situação de rua.

A dificuldade da população citada em acessar diretamente os serviços de saúde faz com que os serviços de assistência social hipertrofiem seu papel junto à clientela, além de privar a população de rua do atendimento e da reabilitação psicossocial de que necessitam, estudo E09. (Borysow & Furtado, 2013).

Nesse mesmo entendimento temos o estudo E07 de Tucci, 2015, acerca dos pacientes em situação de rua que possuem tuberculose. O consumo de álcool e outras drogas pelos participantes da pesquisa apresenta-se como um dos fatores principais quanto aos processos casa-rua, saúde-doença e abandono do tratamento da tuberculose. O estudo identificou a necessidade da participação do setor público, em especial da saúde, para a efetivação do direito ao tratamento com estratégias capazes de atingir pessoas em situação de rua.

Contextos de exclusão formam ciclos de marginalização de grupos populacionais, como a população em situação de rua (PSR). Nesse contexto, as violações de direitos humanos são recorrentes, em especial a dificuldade de acesso à saúde, conclui o estudo E04 (Vale & Vecchia, 2020).

Outro viés a ser abordado é a burocratização dos serviços. Conforme explica (Santos, et al, 2013), estudo E01 essa população não consegue muitas vezes ser atendida em serviços públicos por não possuírem documentos ou ser discriminada, explícita ou veladamente, pelas precárias condições de higiene, preconceitos dos profissionais e desconfiança dos usuários quanto aos serviços.

A população em situação de rua e o uso de álcool e outras drogas

Outra questão a ser abordada é a relação desse público com o uso de álcool e outras drogas.

O estudo E01 (Santos et al, 2022) afirma que os usuários em situação de rua se mostraram mais vulneráveis ao uso simultâneo de drogas e ao consequente efeito sinérgico adverso entre crack e tabaco. Ambas as substâncias afetam gravemente o sistema respiratório (risco aumentado de câncer de pulmão) e boca (risco aumentado de periodontite, placa visível e sangramento gengival).

O estudo E02 (Rodrigues et al, 2021) que trata sobre a incidência de tuberculose e HIV para pessoas em situação de rua relata que 70% desse público afirmou fazer uso

de alguma droga ilícita e que o uso de alguma substância, seja ela lícita ou ilícita, dificulta a decisão desses indivíduos no tocante a prevenção (como a utilização de preservativo antes da relação sexual, por exemplo) e a adesão ao tratamento, sendo esse entendimento semelhante ao do estudo E07 (Tucci, 2015) o qual possibilitou identificar que o uso abusivo de álcool e outras drogas, doenças infecciosas associadas (como tuberculose), desfortalecimento dos vínculos familiares, falta de conhecimento sobre a doença, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e fragilidade da assistência social são fatores que dificultam na adesão ao tratamento.

Lindner, 2016, no estudo E05, segue essa mesma compreensão ao afirmar que a realidade onde se cruzam a gestão do controle da tuberculose, o universo das populações vivendo na rua e o uso de álcool e outras drogas formam um complexo viés que ainda carece de mais atenção, pois revela uma gama imensa de pontos a serem melhor analisados e que podem oferecer importantes subsídios para diversas áreas das políticas públicas.

O estudo E03 (Rossi & Tucci, 2020) que trata de usuários de crack relata que ser usuário de drogas e estar em situação de rua ou de vulnerabilidade resulta em um duplo estigma, o que aumenta o sofrimento gerado pela discriminação e pelo preconceito. Já o estudo 04 (Vale & Vecchia, 2020) traz relatos de usuários que afirmam que “de 100 moradores de rua você tira dois que não bebe ou não usa nada. Ninguém consegue. Quase ninguém consegue ficar assim, não”. Ou seja, o ambiente degradante, as péssimas condições de higiene, a fome, o frio, são condições favoráveis ao uso dessas substâncias.

Lima & Seidi, 2015 (estudo E06) destaca a importância da política de redução de danos (PRD) para os usuários em situação de rua e a necessidade de serviços capacitados para atender a demanda desse público.

No caso de usuários de drogas, principalmente em situação de rua, as barreiras para o acesso, além de geográficas e de cobertura, são também subjetivas. Muitos destes usuários desconhecem seus direitos e os tipos de serviços disponíveis para atender às suas necessidades, principalmente a PRD, destaca (Souza, 2013) no estudo E 08.

CONCLUSÃO

O crescente aumento desse público causado por motivos diversos, são alguns deles: A crise econômica, o uso abusivo de álcool e outras drogas, o rompimento

dos vínculos familiares, a pandemia, requerem dos governos a adoção de políticas públicas intersetoriais urgentes.

A atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas postula ações transversais por se constituir no atendimento de necessidades atinentes a campos tais como: A justiça, a educação, a assistência social e a geração de trabalho e renda. Além disso, a situação de rua se conforma com base em questões estruturais da sociedade contemporânea, a saber, a desigualdade social estrutural, que interfere diretamente nos processos de exclusão/inclusão social. Para lidar com questões de tamanha complexidade recomenda-se atuar na promoção de fatores individuais e coletivos protetores da saúde, entre eles a reabilitação psicossocial e reinserção social pelo acionamento das redes socioassistenciais e comunitárias. (Sanchez & Vecchia, 2018)

É pungente também a sensibilização dos profissionais de saúde tendo em vista as inúmeras falas apontadas com relação ao atendimento realizado de forma discriminatória por conta da condição de higiene apresentada pelo sujeito. Além da necessidade de desburocratização dos serviços em decorrência da enorme dificuldade apresentada por essa população para a emissão de documentos.

Os estudos analisados foram realizados em diferentes regiões do país, no entanto são similares em vários aspectos ao trazer relatos de prejulgamentos, sentimento de invisibilidade e estigma. É fundamental assegurar políticas públicas com articulação dos setores da saúde, educação, trabalho, direitos humanos, assistência social, justiça e cidadania. Dentro dessa perspectiva, precisam ser ofertados cuidados baseados na noção de respeito à dignidade desse público devendo ser preservados a sua autonomia e liberdade em cumprimento ao arcabouço legal já existente.

Nesse sentido, o estudo conclui que mesmo cientes de que a população em situação de rua está mais propensa a adquirir doenças, seja pelas péssimas condições de higiene, ausência de alimentação adequada, uso frequente de álcool e outras drogas, comportamento sexual de risco, demonstra através dessa revisão integrativa a imensa dificuldade de acesso desse público aos serviços de saúde ofertados, seja por preconceito, discriminação, ausência de profissionais receptivos, necessidade de apresentar documentação, entre outros.

Quando se trata do uso de álcool e outras drogas, os relatos semelhantes citam o consumo frequente de substâncias para suportar a fome, o frio, os abusos, além daqueles que já se encontram em situação de rua em decorrência da dependência.

Apesar dos poucos estudos disponíveis, é possível assegurar uma enorme lacuna do poder público no atendimento a essa população seja através da promoção de serviços de saúde, de assistência, de qualificação profissional, de educação, entre outros.

REFERÊNCIAS

1. Borysow, Igor da Costa e Furtado, Juarez Pereira. Acesso e intersetorialidade: O acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. 2013, v. 23, n. 1 [Acessado 18 Outubro 2022] , pp. 33-50. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312013000100003>>. Epub 09 Maio 2013. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312013000100003>.
2. Brasil, Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm.> Acesso em: 18 de outubro de 2022.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 510, de 7 de abril de 2016 [cited 2021 Apr 21];. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em 11 de outubro de 2022.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html. Acesso 13 de fevereiro de 2023.
5. Fortaleza. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. II Censo para a População em Situação de Rua, 2021. Disponível em:<https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/servicos/censo-pop-rua-2021>. Acesso em 27 de junho de 2022
6. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Governo Federal, Ministério da Economia, Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020), 2020. Disponível

em:<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf>. Acesso em 24 de jun de 2022.

7. Lima, H. S. de, & Seidl, E. M. F. Consultório na rua: Atenção a pessoas em uso de substâncias psicoativas. *Psicologia Em Estudo*, v. 20, n. 1, p. 57 - 69, 1 jan. 2015.<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i1.24697>.
8. Lindner, Liandro da Cruz. Dando uma moral' Moralidades, prazeres e poderes no caminho da adesão ao tratamento e da cura da tuberculose na população em situação de rua do município de São Paulo. 2016. Tese (Doutorado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.6.2016.tde-11052016-143251. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-11052016-143251/publico/LiandroDaCruzLindner.pdf>. Acesso em 14 de outubro de 2022.
9. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto contexto – enferm* [Interne] out-dez 2008 [cited 2021 Apr 12]; 17(4):758-764.
10. Rodrigues, B.F.L., Brasil, M.H.F., Ferreira, M.A.M., Patrício, A.C.F. de A. e do Nascimento, J.A. 2021. Determinants for tuberculosis and hiv: people in the street situation / Determinantes para tuberculose e HIV: Pessoas em situação de rua. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*. 13, (jun. 2021), 698–704. DOI:<https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v13.9497>. Acesso em 12 de outubro de 2022.
11. Rossi, Cintia Cristina Silva e Tucci, Adriana Marcassa. Acesso ao tratamento para dependentes de crack em situação de rua. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2020, v. 32, e170161. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32i170161>> .Epub 30 Mar 2020. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32i170161>. Acesso em 14 Outubro 2022.
12. Sanches, L. R., & Vecchia, M. D. (2018). Reabilitação psicossocial e reinserção social de usuários de drogas: revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 30, e178335. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i178335>

13. Santos, Raquel Rodrigues dos et al. Características de usuários de crack quanto à situação de moradia no Nordeste brasileiro, 2011-2013. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2022, v. 27, n. 06, pp. 2407-2416. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022276.16522021>>. Epub 27 Maio 2022. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022276.16522021>. Acesso em 12 outubro 2022
14. Souza, Tadeu de Paula. A norma de abstinência e o dispositivo "drogas": direitos universais em territórios marginais de produção de saúde (perspectivas da redução de danos). 2013. 355 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1620511> . Acesso em: 14 out. 2022.
15. Tucci, Amanda Magalhães. Pessoas em situação de rua com Tuberculose: As implicações sociais diante do tratamento. *São Paulo; s.n; 2015. 74 p.* Sec. Est. Saúde SP / SESSP-ESPECIALIZACAOSESPROD / SESSP-IIERPROD. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1118097>. Acesso em 14 de outubro de 2022.
16. Vale, Aléxa Rodrigues do e Vecchia, Marcelo Dalla. Sobreviver nas ruas: Percursos de resistência à negação do direito à saúde 1 1 Apoio e financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001 . *Psicologia em Estudo* [online]. 2020, v. 25 [Acessado 14 Outubro 2022] , e45235. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/Y8qyJYbj4nLTD4Qz8yNHxXM/abstract/?lang=pt> . Epub 15 Jul 20. ISSN 1807-0329. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.45235>. Acesso em 14 de outubro de 2022.